



ISSN 1984-5634

ARTIGO

O PASSADO DA CRISE DE CENTRAL HIGH, CIVIL RIGHTS E A EDUCAÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS, PRESENTE NAS MEMÓRIAS DO ARKANSAS

The past of the Central High Crisis, Civil Rights and Education in the United States, present in the Memories of Arkansas

AUGUSTO ROCHA¹

RESUMO:

Através de um arquivo de história oral e visual, buscou-se desenvolver uma análise referente ao período da segregação escolar nos Estados Unidos, bem como do momento conhecido como “integração”, com foco nos acontecimentos da década de 1950. Aproveitando as experiências registradas no The David and Barbara Pryor Center for Arkansas Oral and Visual History, instituição localizada na cidade de Fayetteville, Arkansas, orientou-se uma análise pautada nas lembranças do período de superação da segregação no âmbito escolar, tendo como foco uma percepção da continuidade do preconceito como fator que prejudica o ensino. A orientação do trabalho sob a esfera da história pública tem como objetivo mostrar como as pessoas se lembram de um fato conflituoso e a problemática de abandonarmos o passado, tendo em vista a continuidade das questões enfrentadas e que precisam ser retomadas.

PALAVRAS-CHAVE: Central High e a Crise Educacional no Arkansas; Movimento dos Direitos Civis nos EUA; História Oral e o Pryor Center.

ABSTRACT:

Through an oral and visual history archive, we sought to develop an analysis regarding the period of school segregation in the United States, as well as the moment known as “integration”. Taking advantage of the experiences recorded in The David and Barbara Pryor Center for Arkansas Oral and Visual History, an analysis based on the memories of the period of overcoming segregation in the school context was oriented, focusing on a perception of the continuity of prejudice as a factor that harms teaching. The orientation of the work under the sphere of public history aims to show how people remember a conflicting fact and the problem of abandoning the past, in view of the continuity of the issues faced and which need to be taken up.

KEYWORDS: Central High and the Educational Crisis in Arkansas; US Civil Rights Movement; Oral History and the Pryor Center.

EDITOR-CHEFE:

Lúcio Geller Junior

EDITORA-GERENTE:

Maria Eduarda Magro

SUBMETIDO: 11.11.2020

ACEITO: 23.11.2021

COMO CITAR:

ROCHA, A. O passado da Crise de Central High, Civil Rights e a Educação nos Estados Unidos, presente nas Memórias do Arkansas. *Aedos*, v. 13, n. 30, p. 54-70, jan.–jun., 2022.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

¹ Especialista em Docência na Educação Profissional e Superior – QI e Mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: amrocha721@gmail.com

Partindo dos acervos do *The Pryor Center for Arkansas Oral and Visual History*, busca-se traçar uma reflexão quanto a luta pelo fim da segregação no espaço de ensino básico dos Estados Unidos, tendo como foco o estudo do caso do Arkansas. O Pryor Center foi criado sob a perspectiva de, através da história pública, gerar uma organização e divulgação da história do Arkansas, bem como sob a lógica de construir mecanismos para que o conhecimento armazenado no centro interagisse com a comunidade. De tal forma, combinando com a afirmação do historiador David Glassberg (1997), esse centro de história oral e visual tem como objetivo, ao somar pesquisa e público,

entender os significados individuais encontrados no passado e seus artefatos. Enquanto os profissionais historiadores estão falando sobre ter uma interpretação de história, o público fala sobre ter um senso de história, uma perspectiva sobre o passado como cerne de quem eles são e os lugares que importam a eles. (GLASSBERG, 1997, p. 70)

Ou seja, o objetivo das práticas da história oral e pública tem como norteadores a compreensão do que o passado significou para as pessoas que o viveram, tal qual elas lembram – permitindo uma posterior análise dessa memória, inserida ao seu tempo histórico – como propomos aqui. Thomas Cauvin (2018, p. 5), definiu que a história pública teria três enfoques principais: a comunicação da história para além da academia, a participação do público e a aplicação do método histórico a temas do dia a dia. Esses três norteadores são os utilizados pelo *Pryor Center* uma vez que há a busca pelo desenvolvimento de uma conexão entre academia e pessoas, através da metodologia da história oral, como forma de conhecer a visão e vida de “pessoas comuns” relativos a assuntos do cotidiano, tais como: desigualdade, problemáticas étnicas, o vasto mundo do trabalho, política, esporte e muitos outros.

O objetivo do centro, ao armazenar tais materiais, é o de: 1) propor debates e mostrar junto à comunidade a prática historiográfica e 2) possibilitar um acervo digital para o desenvolvimento de pesquisas históricas. Ao trabalhar com a metodologia da história oral, o centro possibilita um foco na preservação de memórias, histórias e perspectivas, oportunizando a visibilidade a voz de uma população que de outra forma poderiam ser esquecidas. Temos em mente que “as fontes orais nos dão informações sobre o povo iletrado ou grupos sociais cuja história escrita é ou falha ou distorcida. Outro aspecto diz respeito ao conteúdo: a vida diária e cultura material dessas pessoas” (PORTELLI, 2007, p. 27), como afirmou Alessandro Portelli (2007). De tal forma, a narrativa torna-se o documento, o repositório de uma experiência que ao ser elevada à categoria de objeto de pesquisa permite a percepção de como uma vivência pessoal esteve inserida na categoria macro e como foi sua percepção de eventos históricos.

O *Pryor Center* é o único órgão do Estado do Arkansas a ter um programa de história oral e visual. Ao ter a missão de coletar, preservar e compartilhar vídeos, imagens e áudios relativos a história do Arkansas, o trabalho do centro tem uma abrangência estadual (e que por vezes ultrapassa as fronteiras do estado, em si) - fazendo-se presente, através de seu trabalho, nos 75 condados que compõem o Arkansas.

O material selecionado para o desenvolvimento deste trabalho está baseado nas entrevistas de Christopher C. Mercer Jr., Dorothy C. Gillam, Janis Kerney e Phyllis Brandon, bem como as experiências dos estudantes Elizabeth Eckefort, Minnijean Brown-Trickey e Terence Robert, parte do grupo de nove alunos que protagonizaram a primeira tentativa de integração em *Central High*. A escolha por esses personagens está justificada em seu envolvimento direto com o contexto da tentativa de encerrar-se com as políticas segregacionistas no contexto escolar da capital do Arkansas. A perspectiva sobre

a qual analisarei suas falas e experiências é a do olhar sobre o período conhecido como Integração (correspondente as décadas de 1950, 1960 e 1970), que na história do Arkansas está marcado pela crise em *Central High School*, em Little Rock (capital do estado), no ano de 1957.

Já foi afirmado que a “entrevista de história oral é sem dúvida contingente - um momento único, com circunstâncias únicas, que produz aquele resultado único, como ocorre com muitos documentos e fontes na história” (ALBERTI, 2012, p. 165). Porém, ainda que o ato da entrevista seja único, a ação de analisar o discurso é múltipla – uma vez que, como no uso de outras fontes, dependerá dos questionamentos e proposições lançados para o material base. Ao propormos, através de uma análise da narrativa de cinco pessoas, que viveram e/ou atuaram no período das políticas de Integração, no Arkansas, bem como pelo fim das de segregação – buscamos conectar a experiência humana do indivíduo a percepção do acontecimento macro.

O ARKANSAS E A CRISE DE CENTRAL HIGH, EM 1957

O Arkansas, como boa parte dos estados sulistas, refletiu a existência e perpetuação das Leis de Jim Crow, segregando espaços e pessoas. Visando manter tais práticas, no campo educacional, a estratégia adotada por muitos líderes da cidade era o de manterem-se silenciosos com relação às mudanças exigidas pela lei, de forma a postergar o máximo a realização da Integração, em Little Rock (ANDERSON, 2013, p. 55). Nesse sentido, aproveitando-se de algumas aberturas interpretativas que a lei permitia, os legisladores estaduais, bem como muitos municípios, optaram por fazerem um demorado processo em busca da Integração, bem como a construção de uma série de obstáculos para sua efetiva realização.

Como aponta o mapa dos estados que possuíam legislação segregacionista, na esfera da educação, o Arkansas as tinha (Figura 1). O estado não encaminhou nenhum processo à Suprema Corte para encorpar a reivindicação do Caso Brown. Porém, escolhemos trabalhar com o Arkansas e a forma

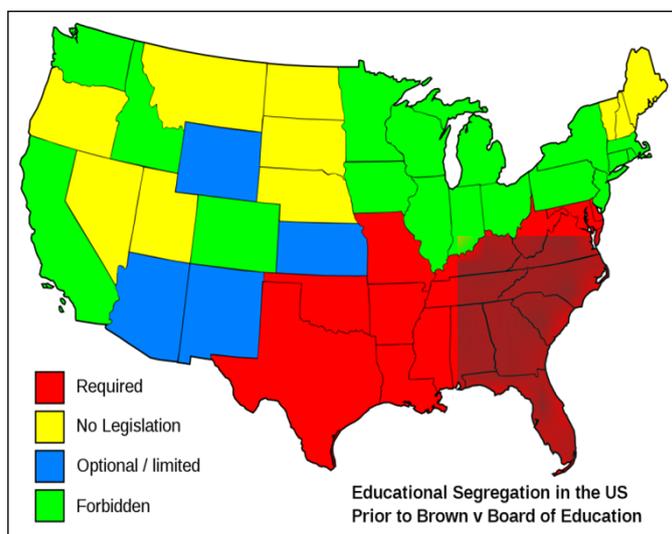


Figura 1 – A segregação racial nas escolas públicas americanas: em vermelho, estados que possuíam tais leis explícitas de separação por raça.

Fonte: Wikimedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Educational_separation_in_the_US_prior_to_Brown_Map.png. Acesso em: 03 de outubro de 2020.

como ocorreu a luta pela integração do sistema de ensino por dois motivos: 1) nossas fontes orais são originárias do Arkansas, através do *Pryor Center* e 2) é possível perceber uma ampla diferenciação na forma como o estado lidou com a Integração. De um lado temos cidades que aceitaram e buscaram a realização de tal iniciativa (como Fayetteville, Charleston e Hoxie), por outro houve uma ampla reação contrária – simbolizada na Crise de Central High, em Little Rock.

Para os Estados Unidos, o estado tornou-se o grande símbolo do preconceito e da intolerância racial que tomava parte dos estados e comunidades do sul. Como Pierre Melandri (2000) afirma inicialmente os sulistas reagiram com moderação à decisão da Suprema Corte, porém não conseguiram “esconder a dimensão da sua cólera quando descobriram que, longe de a ignorar, os seus próprios juizes de distrito inclinavam-se diante do novo texto” (MELANDRI, 2000, p. 188). Como dito, o Governador Orval Faubus se opôs a permitir que as escolas, da cidade de Little Rock, tornassem-se integradas. Ainda, Melandri (2000, p. 189) complementa em seu livro isso acabou por influenciar que, em 1957, fosse assinada, pelo Presidente Eisenhower, o Civil Rights Act of 1957.

O grande foco dessa resistência estava centrado na cidade de Little Rock – capital do estado – através de uma das principais escolas da região: *The Central High School*. Enquanto Charleston (também no Arkansas) tornava-se a primeira cidade, do Sul, a eliminar a segregação do sistema de ensino, seguida por Fayetteville e Hoxie – ainda em 1954, entre os anos de 1954 e 1957 o governo estadual buscava por formas de atrasar a integração das escolas da capital. Com o avanço das políticas e o aumento da pressão para a integração, começaram a surgir organizações contrárias a integração, como a Liga das Mães de *Central High School* que buscava “mobilizar a oposição local a dessegregação, condenando a integração como uma ameaça à ordem pública e ao bem estar dos brancos, espalhando rumores de que estudantes armados tornariam a escola em um campo de batalha” (ANDERSON, 2013, p. 57).

O plano de dessegregação, proposto pelo Estado do Arkansas, seria iniciado em 1956 e teria, em seu planejamento, o fim da segregação escolar apenas em algum momento posterior a 1963, como indica John Kirk (2007), ao analisar o *Plano Blossom*. A grande problemática da decisão da Suprema Corte, em 1954, é que ao determinar, com o peso da lei, o fim da segregação nas escolas, foi ignorar a necessidade de definir um tempo, um prazo, para que isso de fato acontecesse. E foi aproveitando dessa falha que os envolvidos com o novo plano de ensino do Arkansas aproveitaram para construir uma política que iniciaria apenas em 1957, a partir de uma única escola: *Central High School*.

O início da integração, em Little Rock, estava previsto para o dia quatro de setembro de 1957, princípio do calendário escolar para o período. Porém, houve uma manifestação, por parte da população branca, de que realizariam barricadas e confrontos físicos para se impedir a entrada de pessoas negras na escola, o que gerou uma grande preocupação por parte da *National Association for Advanced of the Colored People* (NAACP) com relação aos primeiros nove estudantes afro-americanos, que seriam integrados a partir de Central High – tal qual indicou Karen Anderson (2013), bem como as experiências que estão em análise aqui e comprovado pela cobertura jornalística a partir dos períodos *Arkansas Gazette* e *Arkansas Democrat*.

Em meio a esse contexto, o governador do estado do Arkansas, Orval Faubus, intimou a Guarda Nacional do estado para estar presente nos protestos, porém com o objetivo de proteger e resguardar os protestantes e não as nove jovens crianças que ingressariam naquela escola. Faubus afirmou que haveria uma iminente onda de violência, tendo em vista os opositores a Integração e aqueles que a desejavam, como aponta Karen Anderson (2013): “suas reivindicações deslocaram a responsabilidade

pela possibilidade de violência para negros e jovens brancos, quando, na verdade, as ameaças reais vinham de adultos brancos” (ANDERSON, 2013, p. 64).

Houve uma posição de inverter a realidade do momento, apontando a juventude como o possível foco de confronto, em vez de pais e mãe que estavam contrariados frente à possibilidade da integração escolar. Karen Anderson (2013) completa que “Faubus, no entanto, afirmou que os adultos brancos que se organizaram para protestar contra a integração operaram no domínio do protesto legítimo e pacífico” (ANDERSON, 2013, p. 64). Ou seja, se manifestações contrárias ocorressem, não seria culpa da multidão branca, mas sim dos pouco afro-americanos que acompanharam a entrada dos “nove de Little Rock”, em Central High.

É interessante contrastar a perspectiva oficial do governo do estado, com relação aos manifestantes e a quem representaria a violência, com as lembranças dos nove estudantes que deram início a Integração no estado. Como relembra a estudante Elizabeth Eckford (Figura 2), em recuperação protagonizada pelo jornalista Herb Boyd (2007), os manifestantes

moviam-se cada vez mais próximo... Alguém começou a gritar... Eu tentava encontrar um rosto amigável em algum lugar na multidão – alguém que pudesse me ajudar. Eu olhei para uma senhora e parecia amigável, porém quando tornei a olhar para ela, ela cuspiu em mim (BOYD, 2007, p. 28).



Figura 2 – Elizabeth Eckford em seu primeiro dia, em Central High. “Enquanto Elizabeth se aproximava da escola, a multidão tornava-se enfurecida. Alguém estava gritando na massa segregacionista ‘Linchem ela. Linchem ela.’ A multidão entoava, ‘nenhuma vadia negra vai entrar na nossa escola. Arrastem-na sobre esta árvore. Vamos cuidar dessa negra’”.

Fonte: Imagem e matéria retirada do *Journal of Blacks in Higher Education*, n. 57, p. 5 (2007).

Se a defesa pelo fim da segregação envolvia o psicológico das crianças e dos jovens e a integração era a ferramenta percebida para romper barreiras e preconceitos – é necessário que reflitamos sobre as agressões sofridas pelos primeiros que superaram o sistema. Após essa breve contextualização, debruçaremos nossa análise de pessoas que lutaram pela integração racial nas escolas e foram centrais para o fim de políticas de separação baseada em uma ideia de raça, hoje considerada ultrapassada. O ano de 1958 viria com a determinação do fechamento das escolas públicas de Little Rock que só seriam reativadas em 1959, no episódio que se tornou conhecido como “o ano perdido”, uma ação, na qual

o governador e a legislatura estadual responderam à decisão da Suprema Corte fechando todas as escolas de ensino médio de Little Rock no ano letivo de 1958-1959. Eles então tentaram desenvolver um plano pelo qual o estado financiaria, com o dinheiro do contribuinte, escolas particulares segregadas. A decisão da Suprema Corte, bem como a resposta do estado cristalizaram a oposição entre vários grupos empresariais influentes de Little Rock. Esses grupos mobilizaram apoio comunitário suficiente para vencer uma eleição especial para o conselho escolar em maio de 1959. Essa eleição levou ao retorno da escola ao controle público local em uma base integrada limitada (FREYER, 1981, p. 215).

É notável o esforço do governo para impedir que a Integração se tornasse uma realidade. Através do artigo do historiador Tony Freyer (1981), percebemos que a contrariedade das pessoas para com a forma como Orval Faubus estava conduzindo a situação, passou a existir a partir do momento quando, para além de impedir a Integração o governo estava tomando atitudes que prejudicariam a todos. A situação, no Arkansas, viria a melhorar apenas na década de 1960 e, ainda hoje, requer uma cuidadosa análise e percepção de resquícios e continuidades de um tempo sombrio, onde o preconceito e a divisão era o que movia muito dos líderes da nação. Nesse sentido, ao compreender o contexto e analisarmos as vivências esperamos conseguir, ao fim desse trabalho responder nossa pergunta, que permeia a escrita de todo nosso texto e que é: se a Integração é uma realidade ou se é uma política em desenvolvimento, ainda hoje.

A CRISE DE CENTRAL HIGH – 1957

A grande motivação para que Little Rock integrasse seu sistema de ensino estava focado no financeiro, tendo em vista que, como afirma Dorothy Gillam: “se o departamento de educação não fosse considerado integrado, eles não receberiam nenhum fundo federal, ponto”. Percebe-se que, mais do que o cunho social, o que motivou a cidade a aderir ao processo de dessegregação do ensino foram às possibilidades financeiras. Um projeto iniciado em 1954 tomou forma para ser aplicado no ano de 1957, onde nove estudantes afro-americanos foram selecionados para ingressarem em Central High – em um clima de grande tensão.

Ao vermos imagens do dia D (Figuras 3 e 4) da integração, em Little Rock, observamos fotos e vídeos que demonstram o horror e o ódio que impulsionava a ação das pessoas. Uma jovem repórter do jornal *Arkansas Gazette*, em virtude de sua juventude, foi enviada para cobrir a Crise, passando-se por uma estudante. Seu nome é Phyllis Brandon (1935 – 2020). Ela se lembra de que no mês de setembro de 1957, havia em torno de 150 pessoas gritando e bloqueando a entrada dos estudantes selecionados para ingressarem em Central High, afirmando não quererem misturar seus filhos a “esse tipo de gente”. Como ela afirma:

Isso foi em 1957. Eu estava trabalhando durante o verão. E então eles estavam se preparando para integrar Central High. Os editores decidiram que eu deveria ir lá e entrar na escola pois não estavam deixando que nenhum repórter entrasse. E como eu parecia muito jovem, coloquei meus distintivos e roupas da escola e alguns livros. Os editores não achavam que os negros apareceriam naquele dia. E eles me tiraram de lá tarde. Quando cheguei lá, eles tinham guardas em todas as portas, e estudantes que tinham saído não poderiam regressar. E então eu fui, e eu disse, “Posso, posso ir em meu armário?” e eles falaram “Ninguém pode entrar”. Então eu fiquei e cobri a multidão, o que foi incrível. Eles estavam gritando e



Figura 3 – Manifestantes no exterior de Central High, em Little Rock Arkansas. Em seus cartazes clamam pelo fim da “mistura de raças”, afirmando que a Integração seria uma política comunista.
Fonte: Granger/REX/Shutterstock. Acesso em 06 de outubro de 2020.



Figura 4 – Os “Nove de Central High” sendo escoltados pela Guarda Nacional enviada pelo presidente Eisenhower.
Fonte: CSU Archives, acesso em 06 de outubro de 2020.

instigando a manifestação contra a Integração. [...] Quando liguei para contar minha história, as pessoas na linha falaram: “Com quem você está?” e eu disse “Estou com o *Democrat*” e eles responderam “Bom, isso é uma coisa boa. Se estivesse com o *Gazette*, não deixaríamos você usar o telefone”. Isso estava acontecendo, você sabe. Mas essas pessoas, conversamos sobre isso, elas não pareciam ser de Little Rock. Elas pareciam pessoas de outras partes do estado [Arkansas] que alguém teria instigado para irem para Central Rock e agir daquele modo, e para lá eles foram².

Mais do que percebemos por fotos, ao ouvir a voz de alguém que presenciou essa série de acontecimentos, conseguimos notar a irracionalidade das pessoas que se sentiam atacadas pela mera ideia de integração racial e cultural. O dia em que Phyllis Brandon presenciou a revolta contra a Integração foi o mesmo dia em que a Guarda Nacional havia sido removida e verificou-se que, de acordo com seu relato, a força policial de Little Rock estava dividida entre apoiar as manifestações e cumprir com seu dever, que como se constata era mais o de proteger os manifestantes do que os estudantes que estavam iniciando o processo de Integração. Brandon ainda definiria que “a multidão estava tão irada naquele dia, que eles afugentaram os negros. E foi então que Eisenhower enviou as tropas nacionais para escoltar os estudantes negros para suas salas e tornar tudo “seminormal”³.

A Crise em Central High e a agressão aos nove estudantes que haviam sido os selecionados para iniciarem a integração foi o estopim para que em 1957, Eisenhower assinasse o ato dos Direitos Civis, de 1957. Tal ato foi marcado por ser a primeira lei federal a impedir atos de segregação e diminuição de direitos baseados na cor. No Arkansas, com tal assinatura, o presidente determinou o uso das tropas nacionais para fazer com que a integração, através do sistema de ensino, acontecesse.

Uma das nove estudantes, Melba Pattilo, tem sua memória sobre esse tempo salvaguardada no interior do Civil Rights Museum, em Memphis, afirmando que eles não foram: “para Central High para sentar ao lado dos brancos como se eles tivessem uma espécie de poeira mágica ou algo assim. Não arriscaria minha vida para sentar ao lado de uma pessoa branca... Fomos para Central pela oportunidade” (MELBA PATTILO, Civil Rights Exposition, National Civil Rights Museum, Memphis, TN, 2020). Por este relato, percebe-se que um dos grandes norteadores para os afro-americanos não era o confronto, como propagavam defensores da segregação, mas sim a igualdade de oportunidades e luta por uma educação de qualidade.

Como Lisa Corrigan (2018) aponta os nove de Little Rock encontraram “uma falange de ódio e medo da mudança, os nove, nesse cenário, teriam a coragem de entrarem na escola, mostrando que a Integração era possível e necessária” (CORRIGAN, 2018, p. 71). Ao analisar o discurso dos

2 The David and Barbara Pryor Center for Arkansas Oral and Visual History, University of Arkansas Arkansas Memories Project, Phyllis D. Brandon Interview, November 20, 2009 <http://pryorcenter.uark.edu/> p. 93: *This was 1957. And so I worked through the summer. And then when they were gettin' ready to integrate Central High. The editors decided that I would go out there and get in the school because they weren't lettin' any reporters in the school. And since I looked so young, I put on my National Honor Society pin and got my bobbysocks on and some books. And the editors of the paper did not think the blacks were gonna show up that day. And they got me out there late. So by the time I got there, they had guards on all the doors, and students who had left could not go back in. And so I went, and I said, "Can't" – you know, "Can't I go to my locker?" And they said, "Nobody can go in." So I stayed and covered the mob, which was amazing. They were, you know, yellin' and carryin' on. [...] And got in line to call in my story. And the people in the line said, "Who are you with?" And I said, "I'm with the Democrat." And they said, "Well, it's a good thing. If you were with the Gazette, we wouldn't let you use the phone." You know, that was going on. But these people, we've talked about it a lot. These people didn't look like Little Rock people. They were people from out in the state that somebody stirred up like Jim Johnson or somebody, you know, got 'em to come to Central and act up. And they did.*

3 The David and Barbara Pryor Center for Arkansas Oral and Visual History, University of Arkansas Arkansas Memories Project, Phyllis D. Brandon Interview, November 20, 2009 <http://pryorcenter.uark.edu/> p. 94: *And so the crowd was so unruly that day, they took the blacks back out. And then that's when Eisenhower sent the troops in and escorted the blacks to their classes and made sure everything was seminormal.*

nove, no evento celebrando os 60 anos da Integração em Central High, Corrigan (2018) nota que, na fala das pessoas que no passado se engajaram no movimento da Integração, em Little Rock, não se consideram heróis. Mas ao contrário, a partir de uma das nove estudantes afro-americanas de Central High, Minnijean Brown-Trickey, evocavam uma memória referente aos primeiros peregrinos, foram catalisadores em um processo de mudança, mas o mais importante é “lembrar a si mesmos e ao mundo que o trabalho, iniciado pelos nove, não está completo até que realmente haja uma verdadeira integração” (CORRIGAN, 2018, p. 72).

De tal forma, percebe-se que a oportunidade buscada pelos jovens nos anos 50 e 60, ainda é motivo de luta, uma vez que a integração não foi finalizada, por assim dizer. O clima da tensão racial, na cidade de Little Rock, hoje é completamente diferente daqueles de 1957, uma vez que mesmo com a presença da guarda nacional, enviada por Eisenhower, o conflito não foi dissipado facilmente.

Como Dorothy Gillam relembra, ela estava bem no meio de toda agitação – um de seus vizinhos trabalhava em Central High e ela “costumava dar carona para ele até Central, e tinha que tomar cuidado sobre onde parar, ser muito cuidadosa. Eu ainda me lembro dos guardas e de toda essa movimentação acontecendo. Foram tempos loucos”⁴. Se para adultos que presenciaram toda essa transformação e luta, o que se esperar dos jovens que protagonizaram esse momento, em Little Rock?

Uma das nove de Little Rock, enquanto criança, era cuidado pela senhora Gillam, uma vez que suas famílias eram amigas e ela lembra a tensão que os pais sentiam com o momento e a preocupação com seus filhos. A jovem de que cuidava era Minnijean Brown-Trickey, a única dos nove que foi expulsa de Central High, após ser ofendida e atacada (física e psicologicamente), enquanto a máxima punição de seus agressores foi uma suspensão por dois dias, conforme narrou em entrevista para revista *Look*, escrita por Robert Moskin, em 1958. Ainda, no mesmo encontro, Minnijean Brown contaria o seguinte sobre a experiência de ter sido uma das nove: “fui uma das crianças ‘aprovadas’ pelos oficiais da escola. Falaram-nos que enfrentaríamos muitos problemas e nos avisaram para não devolver agressões se essas acontecessem. Uma garota me disse ‘estou feliz que você está aqui. Vamos almoçar juntas?’, mas no fim ela nunca mais veria a garota. Percebe-se que o preconceito estava imbuído no meio e que mesmo aqueles que buscariam superar as barreiras criadas pela segregação eram agredidos de maneira a deixarem de lado o interesse e a busca por uma verdadeira integração.

A dificuldade sofrida pela jovem Brown, bem como o tormento sofrido por Elizabeth e retratado anteriormente, denota a tensão e a falta de humanidade com que esses jovens foram tratados ao se tornarem um símbolo de combate ao sistema opressor e excludente. Cada um dos nove passou por um tormento similar, mas todos superaram as barreiras impostas pela sociedade, provando, através de seus esforços, que a segregação era baseada puramente no racismo e que qualquer justificativa cognitiva não possui nenhuma validade.

Christopher Mercer Jr., um dos responsáveis pelo transporte dos nove estudantes, afirma o seguinte, sobre a experiência vivida por ele ao acompanhar cinco dos jovens:

⁴ *The David and Barbara Pryor Center for Arkansas Oral and Visual History, University of Arkansas – Arkansas Memories Project, Dorothy C. Gillam Interview, August 3, 2011. <http://pryorcenter.uark.edu/> p. 100 e 133: “And I used to pick him up and drive him to work at Central, and I had to be real careful where I dropped him off – be real careful. And I still remember the guards and all these – all this activity goin’ on there [...] I think it was a very nutty time”.*

Eu dirigi com cinco dos nove estudantes todos os dias, pegando-os pela manhã, levando-os para a escola e os trazendo para casa. Foi necessária alguma coragem porque eu os deixava na rua 14, ao lado da escola, e eles saíam do carro e era ali que eu os pegava ao final do dia. E claro, essa era a saída e a entrada, por onde a maioria dos estudantes passava mais do que a principal. E havia um fluxo de crianças entrando e saindo, e eles zombavam de nosso grupo todo dia. Jogavam pedras nos carros, cuspiam, faziam todo tipo de coisa. Foi um exercício de paciência para controlar a si mesmo o suficiente para não ir lá e revidar fisicamente. E claro, naquele tempo, eu acho, eu era louco – eu – minha atitude era a de alguém que não tinha medo de nada. Mas você tinha que exercitar a paciência. Uma ou duas vezes eu deixava minhas emoções me conduzirem, e eu revidava, você sabe, quando eles estavam cuspidos ou jogando algo no carro⁵.

Central High causou uma mobilização da comunidade, por parte de pais, da juventude, bem como de membros de organizações que lutavam pela igualdade. Ao longo de todas as narrativas se percebe a preocupação de parte das pessoas em revidarem às agressões e atitudes de apoio a continuação da segregação, através do exercício da paciência, lutando por seus direitos, mas evitando agredir.

Como Christopher afirma, muitas das crianças eram tão terríveis quanto seus pais e os adultos que apoiavam a segregação, isso ocorria em função do exemplo que tinham em casa, de desmerecer o outro. Percebemos que a atitude de superação e resiliência conduzida pelos nove jovens de Central High e pela comunidade que apoiou esses jovens era a maneira que encontraram para superar os preconceitos e mostrar que, como foi defendido no caso *Brown vs. Kansas Education Board*, uma educação segregada apenas trará malefícios para as pessoas antes de fazer qualquer bem.

A batalha pelo verdadeiro fim de uma segregação legislada terminou apenas em 1968, onze anos após a Crise de Central High e 14 da decisão da Suprema Corte no caso Brown. De certa forma, podemos afirmar que o derradeiro conflito por uma educação igualitária foi travado no Arkansas, por nove jovens que superaram agressões ao lutarem por uma educação de qualidade.

Tal afirmativa parte da perspectiva de que as cenas de Little Rock cruzaram o país e tornaram-se um símbolo da luta contra a segregação, a igualdade no campo de ensino uniu-se como uma das bandeiras dos movimentos pelos direitos civis, dos anos 50 e 60, como um direito conquistado, mas que – como outros – deveria ser melhorado. A forma como a agressão a crianças afro-americanas foi apresentada gerou uma reflexão e uma luta pela real e efetiva mudança, que nos anos 1960 foi fortalecida pelo amplo movimento civil que fervilhou pelo país.

A batalha vencida pelo julgamento do Caso Brown, bem como o início da integração em Little Rock, são símbolos de que não é possível ou justo viver-se em uma sociedade dividida, a luta expôs os problemas do racismo e do preconceito e deu força ao movimento pela igualdade. Mas será que todas as pessoas que viveram nesse contexto perceberam o impacto do que teria acontecido? Do que foi feito e conquistado?

5 *The David and Barbara Pryor Center for Arkansas Oral and Visual History, University of Arkansas - Arkansas Memories Project, Christopher C. Mercer Jr. Interview, August 25, 2006* <http://pryorcenter.uark.edu/> p. 39-41: *I drove five of the Little Rock Nine to school every day, picked 'em up every morning, took 'em to school, picked 'em up at school and took 'em back home. [...] It took some courage because I would drop them off on the 14th side of the school, and they would get out of the car [...], and that's where I'd pick 'em up. And of course, this was an exit and an entrance [...] was where most of the school students went in rather than the front [...] And there was a stream of kids going in and out, and they would heckle us every day. Throw rocks at the cars, spit on the car [laughs], do that sort of thing. And it was an exercise in patience to control yourself enough to not get out there and do something physical. And of course, back at that time – I guess I was crazy – I – my attitude was that I was not afraid of anything. But you had to exercise patience [...] Once or twice I let my emotions get the best of me, and I did snap back at them – you know, they – when they were spittin' on my car or throwing debris on the car.*

A EDUCAÇÃO, NO ARKANSAS, APÓS A CRISE DE CENTRAL HIGH

Janis Kearney nasceu um ano antes da Suprema Corte decidir sobre o caso Brown, em 1953, em uma pequena cidade do sul do Arkansas. Ao longo de sua infância e ao ouvir histórias sobre seus pais e familiares, afirma ter vivido sob as Leis de Jim Crow ao longo de boa parte de sua vida. De casa trazia o interesse pela educação, em virtude de seus pais e irmãos, e optou por voluntariar-se para o processo de Integração, na cidade de Gould. Kearney relata sua experiência, na década de 1960, como sendo:

Diferente. Muito diferente. Eu escrevi sobre como o primeiro dia que eu fui para uma “escola para brancos”, pois não encontrava uma palavra melhor para descrever o fato de que nunca estive cercada por tantos brancos antes. [...] Foi algo maravilhoso descer do ônibus escolar e ir para uma escola onde todos eram estudantes brancos, à exceção de poucos negros que, eu sabia, tinham optado pela “livre escolha”. Foi um choque de cultura. [...] Foi um desafio para nós, sentíamos que não nos queriam lá. Os estudantes não estavam, você sabe, mentalmente ou qualquer outra coisa para nos aceitarem como estudantes. E os professores não estavam prontos para nos aceitarem na maior parte do tempo⁶.

Mesmo com o decorrer da década de 1960, no auge dos movimentos civis, ainda havia uma atmosfera de preconceito que impedia que uma decisão que ocorrera onze anos atrás fosse aceita e cumprida de bom grado. Janis Kearney frequentou uma escola integrada em 1965 e vivenciou problemas tão sérios e graves quanto seus antepassados e mesmo os nove estudantes que iniciaram a integração em Little Rock.

Enquanto estudante, Janis se questionava se do modo como estava sendo feito a Integração algum dia seria uma verdade e não uma mera ilusão. Mas um fato que ela apresenta em sua entrevista é a perspectiva de que em 1967 era possível afirmar que o sistema de ensino esteve completamente integrado, porém era uma integração de fachada muito mais do que uma realidade.

Nesse sentido, é importante notar que a problemática da década de 1960 persiste como uma da de 2010. A afirmativa parte da fala de Terrence Roberts, um dos nove de Little Rock, no evento alusivo aos 60 anos de tal acontecimento, que ao refletir quanto à comemoração dos 60 anos da Integração em Little Rock afirmou “não estar ali para celebrar, esse tempo ainda não chegou. Estou esperando por esse momento há 75 anos [idade de Roberts em 2017]. Por boa parte destes 75 anos estive atento, consciente da necessidade de uma verdadeira mudança” (CORRIGAN, 2018, p. 72).

A fala de Roberts, em 2017, corrobora com a memória que Janis Kearney possui da sua formação básica. O sistema de ensino, na teoria foi integrado, na prática não o foi – famílias que apoiavam e desejavam a segregação apenas retiravam seus filhos das escolas públicas e os levavam para as privadas.

Essa fuga do ensino público denota a problematização que havia no fato do preconceito ter se tornando algo estrutural, sendo necessária uma constante batalha pela aceitação ao outro. Como narrado por Kearney a “integração no Sul, ou certamente em Gould, Arkansas, não era verdadeira, pois

6 *The David and Barbara Pryor Center for Arkansas Oral and Visual History, University of Arkansas - Arkansas Memories Project, Janis Kearney Interview, February 27, 2006: <http://pryorcenter.uark.edu/> p. 25-26: It was different. Very different. I write about how the first day that I went to a “white school,” for want of a better word to describe the fact that I had never been around that many white people before. [...] So it was an amazing thing to get off the school bus and go on into the school where it was all white students except for a few blacks who, you know, chose to do the freedom of choice thing. So it was one of those culture shocks. [...] It was a challenge for us because we felt that we were not wanted there. That the students were not, you know, mentally or whatever it was – prepared to accept us as students there. And the teachers weren’t ready to accept us for the most part.*

as escolas acabaram se tornando 95% Afro-Americanas”⁷. Em função desse preconceito estrutural, o movimento em defesa dos direitos civis se fortaleceu ao longo da década de 1960 e mesmo nos anos setenta persistiu, focado na necessidade de mudança e de igualdade.

O que houve em Little Rock e no Arkansas foi um dos pilares que aumentou o número de escolas a adorarem a integração, apesar de não ter sido a única escola a recusar a integração, Central High tornou-se um símbolo da defesa dos direitos humanos. Porém, hoje, quase 70 anos após a decisão da Suprema Corte, o sistema escolar dos Estados Unidos persiste em uma grande divisão. Conforme apontado por reportagem da revista Times, o “número de escolas isoladas por perspectivas raciais e econômicas mais do que dobrou em um período de 13 anos, de acordo com um estudo conduzido pelo Escritório de Auditoria do Governo Federal, em 2016” (MAI, 2017).

O relatório, apresentado por Lina May, traria a perspectiva de que as escolas com as menores taxas de aproveitamento e continuidade (ingressos em faculdades e bons empregos) seriam aquelas destinadas a negros, latinos e estudantes pobres. Hoje, que o preconceito, além de se manter na questão racial, avançou para uma perspectiva econômica, agora a educação está passando por uma nova fase de segregação, baseada em horizontes e possibilidades financeiras.

As lutas desenvolvidas ao longo das décadas de 1950 e 1960 foram focadas em uma série de direitos sociais que eram negados as comunidades negras, quando parte desses foi concedida, iniciou-se uma expansão do significado do movimento pelos direitos civis. Hoje um campo de lutas difuso que carrega sua importância em cada aspecto e em cada voz, mas que deveria voltar seus olhos para a causa que o fortaleceu: a educação. Se a integração ganhou um grande destaque em função do campo educacional, devemos refletir sobre onde estamos hoje, se houve melhora ou piora, e o que fazer para um desenvolvimento do que a Integração iniciou, mas podemos perceber como incompleto.

Há, hoje, um questionar com relação ao campo educacional que coloca em foco a perspectiva se o movimento que nos anos 1950 e 1960 buscou por uma maior integração social nos Estados Unidos, realmente pode ser percebido como um sucesso, ou se, com o passar dos anos, permaneceu voltados a uma estaca muito similar ao nosso passado. Como já afirmado houve um princípio de melhora que acabou sendo deixado de lado por uma série de novas implicações e realidades, como a transformação contínua do espaço urbano e os paradigmas oriundos das diferentes ondas migratórias para as diversas partes dos Estados Unidos.

Ao refletirmos sobre os impactos atuais das políticas de integração devemos fazer uso de um estudo proposto pelo *Civil Rights Project*⁸, conduzido a partir da Universidade de Harvard, no qual somos apresentados ao ano de 1988 como o momento de pico das reais práticas de integração, no campo educacional. Podemos citar o educador Jonathan Kozol (2005), que em 2005 realizou um estudo onde demonstrava a proporção de estudantes afro-americanos em escolas majoritariamente brancas estava no menor nível, desde o ano de 1968 (14 anos após a decisão de Brown).

7 *The David and Barbara Pryor Center for Arkansas Oral and Visual History, University of Arkansas - Arkansas Memories Project*, Janis Kearney Interview, February 27, 2006: <http://pryorcenter.uark.edu/> p. 27: “integration in the South, or certainly in Gould, Arkansas, was not real integration because the schools ended up 95 percent African American”.

8 “Fundado em 1996 na Universidade de Harvard por Orfield e Christopher Edley, a missão do Civil Rights Project é criar uma nova geração de pesquisas em ciências sociais e direito nas questões críticas de direitos civis e oportunidades iguais para grupos raciais e étnicos nos Estados Unidos” (ABOUT US. The Civil Rights Project. Disponível em: < <https://www.civilrightsproject.ucla.edu/about-us> >. Acesso em: 23 de novembro de 2021.

Um dos principais pontos tratados por Kozol é o fato de que, apesar de a realidade estar mudando, tal alteração não faz parte de um interesse das comunidades afro-americanas, uma vez que se julga que o processo de dessegregação – iniciado nos anos 1930 e “concluído” na década de 1960 – melhorou as possibilidades de educação para os negros, tendo um positivo resultado no combate a práticas racistas oriundas de comunidades brancas. Como apresentado em seu trabalho, “entre jovens adultos, 60% acreditam que o governo federal deve fazer com que as escolas públicas de fato sejam integradas; o mesmo número de pessoas acredita que uma educação integrada não só é correta como absolutamente essencial” (KOZOL, 2005, p. 85).

Algumas práticas de integração acabam sendo apontadas como responsáveis por promover choques de realidade e afastar mais do que integrar, pode-se notar que a defesa de tal modelo significa uma busca pela igualdade de voz e possibilidades futuras. A simplificação da questão, como aponta Kozol (2005) ao referenciar o estudo que o educador Gary Orfield realizou em 1995, a grande razão maior por aqueles que são favoráveis à segregação está centrada no preconceito com relação à perspectiva dos problemas que o Outro trará para a vida dos estudantes (ORFIELD, 1995, p. 1404-1405).

A integração entre estudantes de diferentes origens, classes e realidades pode parecer para muitos pais como um desafio imensurável, porém ao analisarmos do ponto de vista da educação, torna-se uma ferramenta que possibilita maior convivência e conhecimento de mundo, bem como respeito ao Outro. Nota-se, ao longo de nosso texto, a forma como o preconceito quanto ao outro foi construído nos Estados Unidos, vinculando-se ao período dos movimentos civis, na segunda metade do século XX.

Com o avançar das políticas de dessegregação ao longo dos anos 1970 e 80, o fato de que muitas das mudanças propostas e realizadas tornaram-se do cotidiano, logo se deixando de notar com o mesmo enfoque de seu princípio. A problemática atual é a de como reforçar uma bandeira tão forte em seu passado, mas que no presente passou a enfraquecer. Para muitos a questão da segregação faz parte do passado, mas se voltamos a estruturar nossas escolas e formação de maneira a dividir o ser humano “em castas”, devemos refletir sobre onde está a raiz do problema.

Como apontado por Kozol (2005), parte da problemática que faz o século XXI carregar uma nova perspectiva de segregação, ainda que não mais legislada, está no novo contexto e diversidade com que as cidades dos Estados Unidos estão convivendo – seja por questões de migrações ou pela própria mobilidade urbana. Se há uma percepção quanto a redução da efetividade de uma política de integração, torna-se necessário uma reflexão quanto a ampliação de resultados uma vez que, como a socióloga Amy Stuart Wells (2001) afirma, “a intenção original para a dessegregação era possibilitar que os negros acessassem importantes instituições sociais e oportunidades de forma a melhorar suas vidas ao pensarmos em um longo termo” (WELLS, 2001, p. 778).

Acreditamos que as políticas propostas, ainda nos anos 1950 e 1960, visando à integração não foram pensadas para solucionarem um problema rapidamente, mas para que, de maneira contínua, fosse possível se superar uma problemática social, tornando a sociedade mais igualitária. Hoje, o modelo de ensino retoma essas construções antigas, sendo que a existência de “uma nova segregação” em muitos momentos se baseia na justificativa, de pais e mães, relacionada a dificuldade de aprendizagem de diferentes crianças – devemos ter em mente que o erro está em forçar uma divisão antes de trabalhar para que haja uma qualificação do sistema de ensino.

Em espaços de memória, como o *Civil Rights Museum*⁹ e o *Central High Museum*¹⁰, somos lançados a reflexões sobre o quão árdua foi a batalha pela igualdade entre as diferentes “raças”. Porém somos atraídos a uma das piores reflexões que podemos ter enquanto indivíduos e historiadores: isso é passado, já não faz mais parte de nossa realidade – esse pensamento é capaz de causar a grande problemática que podemos perceber nos Estados Unidos, ainda que tenhamos avançado em muitos momentos, estamos retornando a uma ótica de separação, que permeou as ações do passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na entrada do *Central High Museum*, para além da 14ª Emenda, somos apresentados a duas citações. A primeira, de Daisy Bates, afirma o seguinte: “o que está acontecendo em Little Rock transcende a ideia de segregação e integração – é uma questão sobre o que é certo e o que é errado”. A segunda, é de Melba Pattilo, uma das nove de *Central High*, afirmando que “depois de três dias inteiros dentro de Central, eu sei que Integração é uma palavra muito maior do que havia pensado”.

Ambas as falas se complementam, a nosso ver. Enquanto Bates fala sobre a importância do movimento pela igualdade racial, com a diferenciação entre o certo e o errado, sobre como a alteração dos paradigmas era, e segue sendo, necessária para que de fato todos e todas possam ter voz e direitos, Pattilo apresenta a dificuldade de não desistir de uma luta, de um ideal e, acima de tudo, de um direito.

Daisy Bates e Melba Pattilo se complementam ao apontarem que a mudança não virá de uma maneira simples ou fácil, mas que é necessário persistir para que ela de fato aconteça e se torne real. Ao longo de nosso trabalho, percebemos como a segregação foi construída enquanto uma política de Estado, nos Estados Unidos. Nota-se que a divisão entre *raças* retoma um passado que dividiu a nação através da Guerra de Secessão e que mesmo com seu fim não foi resolvida. A divisão da sociedade estadunidense e das possibilidades, a partir do pertencimento a diferentes grupos étnicos, segue pleno – ainda que não mais legislado, sendo papel das atuais e futuras gerações resolverem esse conjunto de sérios dilemas que já poderiam ter sido superados.

Através do caso do Arkansas e “a luta” na capital, Little Rock, para não permitir a integração temos a possibilidade de refletir sobre quais eram as motivações para o estado manter a segregação, bem como o que motivava os indivíduos a permanecerem com noções obtidas através de uma construção preconceituosa, que tornou-se parte estrutural da sociedade. Demonstramos como foram às ações até que o *Civil Rights Act* fosse aprovado, apontando a onda de agressão perante o outro, o diferente, percebendo que a maior problemática de tal atitude era seu ataque direto a crianças e jovens que tinham apenas um objetivo: ter uma educação de qualidade.

Com os relatos colhidos pelo Pryor Center, tornou-se notável a forma como “pessoas comuns” envolveram-se com os movimentos pelo fim da segregação e os primeiros efeitos das políticas e do

9 O museu fica localizado na cidade de Memphis, Tennessee. O espaço de memória foi construído no local onde Martin Luther King Jr. foi assassinado e tornou-se um lugar para refletir sobre os horrores cometidos quanto “as minorias” sociais – retomando a história de diversas lutas que as comunidades afro-americanas conduziram em busca de uma sociedade em que de fato tivessem voz.

10 Fica localizado em frente a Central High School, em Little Rock. Como parte de seu acervo remonta ao período pós independência dos Estados Unidos, mostrando como a segregação foi sendo construída mesmo após a abolição da escravidão. Após essa introdução temos a retomada da história de *Brown vs. Board of Education*, mostrando seus efeitos no Arkansas e o modo como nove estudantes deram início ao processo de integração em Little Rock.

período que se seguiu. Notou-se que a transformação ofertada pela integração foi ampla e positiva, porém sentimos que ao atingirem suas metas, ao longo da década de 1960 com os últimos *Civil Acts*, a luta esmoreceu por terem ter atingido seu objetivo.

Esse sentimento fazia parte da própria perspectiva dos estudantes que se tornaram conhecidos como os *nove de Little Rock*, bem como pelas pessoas que apoiaram o movimento pela integração. Tal afirmação é feita refletindo quanto ao trabalho Lisa Corrigan, que apresentou a fala de oito dos nove, no evento de 60 anos da Integração em Central High. Como apresentado a fala de todos relembra que o processo de dessegregação não acabou, sendo necessário seguir na luta e lembrando que a igualdade ainda é algo a ser conquistado, que ainda não foi adquirido.

Através da narrativa e das perspectivas que embaçaram o caso *Brown vs Kansas Board of Education*, nota-se como foi estudado e analisado o impacto que a segregação gerava para os jovens, fossem crianças ou adolescentes. Com a fala dos entrevistados pelo Pryor Center percebeu-se o impacto que tal prática exercia desde o nascimento, passando por uma simples compra em loja, e chegando ao nosso foco: o ambiente de ensino. De tal forma, é impossível negar que há um impacto formidável na formação de jovens que tiveram impostos sobre si uma escola segregada. Como percebemos, a luta iniciou-se com a conquista de vagas em universidades e de voz nas na rua e na política, na sequência ampliou-se a batalha por um ensino base de qualidade, mas notou-se que houve um esmorecimento de tal luta, a partir da década de 1970.

Enquanto nos anos 1950 e 1960 os movimentos civis foram caracterizados pela luta de igualdade a partir da noção de diferentes raças, nos anos 70 e 80 tal simbolismo foi ampliado, sendo somada a luta pela igualdade de gênero e da bandeira LGBTQ+. A essa multiplicidade de movimentos temos agora questões globais mais profundas como crises migratórias e polarizações de comunidades, nesse sentido vivemos uma variedade de diferenças muito mais complexas e perceptíveis.

Notamos que o retorno de uma divisão social que culmina com a segregação educacional hoje é decorrência dessa multiplicidade de pessoas, culturas e mundos – tornando-se impossível a definição de uma perspectiva ou de outra, uma vez que cada caso possui sua própria solução. Em um mundo perfeito, as medidas tomadas com a assinatura dos *Civil Acts* teriam legado uma relação estável e profunda, porém essa não foi a realidade encontrada no século XXI, ao percebermos o retorno da segregação e seu fortalecimento, aproveitando-se de diversidade que ainda não eram sentidas nos anos cinquenta do século XX.

Hoje os efeitos da nova segregação são sentidos por uma série de pessoas e não mais por um eixo concentrado. Isso acarreta um problema sério, pois se as comunidades se encontram em atmosfera de exclusão, se impede que uma interação qualifique as relações. De tal forma, nota-se que a questão, agora, não está mais centrada em uma legislação que oprime parte da população em detrimento de outra parcela, mas está localizado na má distribuição de renda e oportunidade, para todas as pessoas.

Como principal resultado dessa análise na qual recontamos o modo como superou-se um horizonte segregado apenas para reencontrá-lo sob nova orientação, definimos que a melhor forma para superar o problema não é atacá-lo do topo para a base, porém propor modificações que impactem os mais novos e depois se reflitam para o todo. A alteração do modo de educarem-se as classes iniciais de ensino, permitindo a convivência entre diferentes é a melhor forma para superarmos barreiras

que são criadas e expandidas ao pensarmos em pessoas que já tem uma vivência estruturada e um pensamento formado.

A integração dos anos 1950 e 60 foram fundamentais para que hoje centenas de pessoas tivessem uma real oportunidade de desenvolvimento pessoal e profissional. Porém, agora, torna-se necessário refletir o como a sociedade se diferencia desse passado, para então uma nova política de Integração ser desenvolvida, permitindo que os estudantes tenham pelo menos uma oportunidade de formação básica igualitária e de qualidade.

Uma integração começando pela base da sociedade tem uma maior possibilidade de impactar o todo, uma vez que os mais novos serão os responsáveis pelo amanhã, bem como os catalisadores para mudanças ainda no presente. Ao combater-se a segregação transformando a realidade do jovem começamos a construir um novo horizonte, onde ao olharmos para o passado saibamos o quanto avançamos. Se tal ideia assemelha-se a uma utopia devemos refletir que toda mudança deve ser idealizada antes de ser concretizada e através de nossa reflexão acreditamos ser esse o melhor caminho, para uma integração efetiva da educação, no século XXI.

Como Terrence Roberts afirmou o tempo de comemorar ainda não chegou, há um longo caminho para se percorrer, visando à conclusão do processo iniciado ainda nos anos 1950 (CORRIGAN, 2018, p. 72). Little Rock tornou-se um símbolo da integração, mas como todo símbolo, devemos analisar as miudezas de tal ideário, ouvindo quem viveu o acontecimento para refletirmos que o caminho a ser percorrido é longo, mas possível de ser alcançado.

REFERÊNCIAS

Fontes

ARKANSAS MEMORIES PROJECT. Christopher Columbus Mercer Jr. *Pryor Center For Aksansas Oral and Visual History*. Disponível em: <<https://pryorcenter.uark.edu/interview.php?thisProject=Arkansas%20Memories&thisProfileURL=MERCER-Christopher-C-Jr&displayName=Christopher%20%20C.%20Mercer%20Jr.&thisInterviewee=514>>. Acesso em 06 de outubro de 2020.

ARKANSAS MEMORIES PROJECT. Dorothy C. Gillam. *Pryor Center For Aksansas Oral and Visual History*. Disponível em: <https://pryorcenter.uark.edu/interview.php?thisProject=Arkansas%20Memories&thisProfileURL=GILLAM-Dorothy-C&displayName=Dorothy%20%20C.%20Gillam&thisInterviewee=450>. Acesso em 06 de outubro de 2020.

ARKANSAS MEMORIES PROJECT. Janis Faye Kearney. *Pryor Center For Aksansas Oral and Visual History*. Disponível em: <https://pryorcenter.uark.edu/interview.php?thisProject=Arkansas%20Memories&thisProfileURL=KEARNEY-Janis&displayName=Janis%20Kearney&thisInterviewee=412>. Acesso em 06 de outubro de 2020.

Bibliografia

ALBERTI, V. De “versão” a “narrativa” no Manual de História Oral. *Revista de História Oral*, v. 15, nº 2, p. 159 - 166, 2012. Disponível em: <<https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/download/263/295>>. Acesso em 23 de nov. de 2021.

ANDERSON, K. *Little Rock: Race and Resistance at Central High School*. Princeton: Princeton University Press, 2013.

BOYD, H. Little Rock Nine paved the way, *New York Amsterdam News*, v. 98, nº 40, 2007. Disponível em: < <https://amsterdamnews.com/news/2013/09/20/little-rock-nineyesterday-and-today/>>. Acesso em 23 de nov. de 2021.

CAUVIN, T. A ascensão da História Pública: uma perspectiva internacional. *Revista NUPEM*, v. 11, nº 23, p. 8 – 28, 2019. Disponível em: < <http://revistanupem.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/654>>. Acesso em: 23 de nov. 2021.

CORRIGAN, L. The (Re)segregation Crisis Continues: Little Rock Central High at Sixty. *Southern Communication Journal*, v. 83, nº 2, p. 65 – 74, 2018. Disponível em: < <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1041794X.2017.1423513>>. Acesso em 23 de nov. 2021.

FREYER, T. Politics and Law in the Little Rock Crisis, 1954 – 1957. *The Arkansas Historical Quarterly*, v. 40, nº 3, p. 195 – 219, 1981. Disponível em: < <https://www.jstor.org/stable/40030744>>. Acesso em 23 de nov. 2021.

GLASSBERG, D. A sense of History. *The Public Historian*, v. 19, n. 2, p. 69-72, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3379146?refreqid=excelsior%3A4b15c79eacaf2b0697b7df122a240a4f>>. Acesso em 23 de nov. de 2021

KOZOL, J. *The Shame of the Nation: The Restoration of Apartheid Schooling in America*. New York: Three Rivers Press, 2005.

MAI, L. 'I Had a Right to Be at Central': Remembering Little Rock's Integration Battle. *Time Magazine*, New York, 22 de setembro de 2017. Disponível em: <<https://time.com/4948704/little-rock-nine-anniversary/>>. Acesso em 23 de nov. de 2021.

MELANDRI, P. *História dos Estados Unidos desde 1865*. Lisboa: Edições 70, 2000.

MOSKIN, Robert. One Girl's Little Rock Story, Minnijean Brown. *Look Magazine*, 24 de junho de 1958.

ORFIELD, G. Housing and the Justification of School Segregation. *University of Pennsylvania, Law Review*, p. 1397-1406, v. 143, 1995. Disponível em: < https://scholarship.law.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3570&context=penn_law_review>. Acesso em 23 de nov. de 2021.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. *Revista Projeto História*, v. 14, p. 25 – 39, 2007. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>>. Acesso em 23 de nov. de 2021.

WELLS, A. The “Consequences” of School Desegregation: The Mismatch Between the Research and the Rationale. *Hastings Constitutional Law Quarterly*, v. 28, nº 4, p. 771 – 798, 2001. Disponível em: < https://repository.uchastings.edu/hastings_constitutional_law_quarterly/vol28/iss4/2/>. Acesso em 23 de nov. 2021.